

TÍTULO DO TRABALHO			
ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO A PARTIR DAS RELAÇÕES ENTRE EUA E CHINA			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Victor Augusto Ferraz Young	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	Estudante
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Temos como objetivo para este texto fazer alguns apontamentos sobre o que denominamos de fenômeno do imperialismo contemporâneo e seu desdobramento hegemônico. Assim, além de estabelecer conjecturas a respeito dos fatores que produziram tal fenômeno, tentaremos relacioná-lo à realidade presente, ou seja, ao atual cenário internacional em que preponderam os Estados Unidos da América como a principal potência política e econômica a nível global. Por fim, faremos sucinta análise sobre os recentes desdobramentos do imperialismo sob a égide estadunidense e suas relações com a República Popular da China (RPC). Nossa abordagem parte de uma tentativa de elucidação conceitual mais geral em relação ao tema para realizar logo em seguida uma apreciação concreta do caso específico e emblemático dos EUA conforme mencionado acima.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Imperialismo; Estados Unidos e China Relações			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>We aim to make this text a few notes on what we call the contemporary phenomenon of imperialism and its hegemonic deployment. Therefore, besides establishing conjectures about the factors that produce this phenomenon, we will try to relate it to the present moment, i.e. the current international scenario in which predominates the United States as the leading political and economic global power. Finally, we will make a brief analysis on the recent developments of imperialism under US auspices and its relations to the People's Republic of China (PRC). Our approach is an attempt to make a more general conceptual elucidation about the topic to soon conduct a concrete assessment of the specific and emblematic case of US as mentioned above.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Imperialism; United States and China Relations			
EIXO TEMÁTICO			
Mercado mundial, imperialismo e luta de classes			

Como nos referimos no título deste texto, buscaremos fazer alguns apontamentos sobre o que denominamos de fenômeno do imperialismo contemporâneo e seu desdobramento hegemônico. Pretendemos estabelecer algumas conjecturas a respeito dos fatores que produziram tal fenômeno para, em seguida, relacioná-lo à realidade contemporânea na qual entendemos preponderam os Estados Unidos da América como a principal potência política e econômica a nível global. Por fim, faremos uma sucinta análise sobre os recentes desdobramentos do imperialismo estadunidense e trataremos de relacioná-lo com a presente emergência da República Popular da China (RPC) como ator expressivo dentro do atual cenário hegemônico internacional.

Imperialismo

A princípio, consideramos o imperialismo contemporâneo como ação deliberada de intervenção econômica e política por parte de um determinado Estado nacional (ou um conjunto de Estados em regime de aliança e partilha) sobre um ou mais Estados dentro de um determinado espaço territorial. Pistone (2000, p.611) considera que o termo imperialismo ganha seus atuais contornos, seja o marxista seja o liberal¹, a partir de fins do século XIX:

Se bem que os fenômenos usualmente ligados à expressão Imperialismo — expansão violenta por parte dos Estados, ou de sistemas políticos análogos, da área territorial da sua influência ou poder direto, e formas de exploração econômica em prejuízo dos Estados ou povos subjugados, geralmente conexas com tais fenômenos — se hajam manifestado, sob formas e modalidades diversas, em todas as épocas da história [...]. (PISTONE, 2000, p.611)

A ação imperialista que entendemos como a mais recorrente, desde o advento do sistema capitalista, se desdobra por meio da coerção militar ou sua ameaça, ou mesmo através de sanções econômicas, sobre países mais fracos em termos bélicos, políticos e econômicos, visando acima de tudo à satisfação dos interesses de determinados grupos sociais que usualmente controlam e manipulam o aparelho burocrático do Estado mais forte em prol de seus objetivos. A aliança entre o Estado e tais classes está consubstanciada na coalisão de poder conformada pelas elites dominantes em associação ao poder do Estado capitalista (POULANTZAS, 1977, p.224-247).

Quanto às formas de ação e dominação do imperialismo, entendemos que, além dos procedimentos coercitivos acima mencionados, pode ainda existir uma diversidade de maneiras de atuação como, por exemplo, o aliciamento das elites dominadoras locais para que junto com o

¹ Entre os marxistas não podemos deixar de citar Vladimir Lenin e Rosa Luxemburgo, assim como, entre os liberais, destacamos John A. Hobson.

Estado opressor se estabeleça a exploração na qual aquelas últimas receberiam sua quota. Enfim, a ação imperialista tem por objetivo a obtenção de vantagens políticas excepcionais para melhor explorar os recursos econômicos e a força de trabalho em qualquer parte do planeta.

O imperialismo hegemônico, por seu turno, se constituiria a partir da emergência de um único Estado capaz de impor sua vontade a todos os demais Estados existentes. Tendo como base a realidade presente, não haveria este tipo de hegemonia na sua forma absoluta – apesar dos curtíssimos momentos em que esta parecia estabelecer-se² –, mas uma liderança, quando não preponderância “negociada”, por parte de um país hegemônico sobre a ordem política e econômica dentro do sistema capitalista global. Nos termos de Mann (1993, p.26), os Estados Unidos teriam constituído um império que este autor o denomina de *informal*, no qual aquele país, atuando como *hegemon*, disporia de livre acesso aos mercados internacionais sem a necessidade de realizar ocupação militar com estabelecimento de colônias ou protetorados. Por outro lado, constitui controle sobre as regiões de seu interesse por meio da instalação de bases militares estrategicamente localizadas e pela projeção de seu poder aeronaval a qualquer parte do globo no sentido tanto de proteger seus propósitos econômicos, quanto no de dissuadir a beligerância de uma eventual oposição. Nas próprias palavras do autor: “[...] mais hegemonia do que império” (MANN, 1993, p.30). Esta conformação, que se assenta sobre uma ideia bastante publicizada de que existiria pleno respeito à independência política de cada Estado e, de uma forma geral, ao direito público internacional, difundiria junto aos Estados mais fracos a percepção de que o interesse do *hegemon* nessas circunstâncias representaria o interesse geral das outras nações (ARRIGHI, 1996, p.66-67).

Quanto a sua origem, interpretamos o imperialismo contemporâneo como decorrente do desenvolvimento do próprio sistema capitalista de produção e reprodução da vida material. Para nossa afirmação, nos utilizamos da conceituação de Wallerstein (1984, p.2-4), que considera o poder estatal assim como o sistema internacional, no qual se inserem os Estados, pedras angulares para a garantia de uma estrutura que se baseia em direitos de propriedade que garantem uma divisão socialmente desigual e concentradora de todo o produto originado do trabalho em âmbito nacional e interestatal. Consideramos, portanto, que a lógica da valorização contínua do valor, nas esferas financeira, industrial e mercantil, promoveu elevada concentração e centralização de capitais nos países de industrialização nascente e tardia que, conforme Wallerstein (1984, p.4-5),³ compõem atualmente o centro do sistema. A necessidade incessante de ampliação do capital, que vem a desbordar para fora das fronteiras nacionais - dados os altos níveis de concentração alcançados por

² O desmoronamento da União Soviética nos anos 1990, ao mesmo tempo em que os EUA se expandem militar e economicamente, fez com que este país se portasse como liderança praticamente incontestável.

³ A Inglaterra seria o caso de industrialização nascente, enquanto, França, Alemanha, Estados Unidos, Japão e Rússia seriam os casos mais emblemáticos do período tardio, subsequente. (ALONSO, 1977)

estes em seus respectivos territórios nacionais, dada a pressão sobre a taxa de acumulação exigida principalmente por uma mais desenvolvida esfera financeira e dada a necessidade de ampliação da demanda em contraposição ao esquema de manutenção do exército industrial de reserva - constituiria o elemento impulsionador do expansionismo da exploração capitalista com apoio do Estado (LUXEMBURG, 1985; LENIN, 1991). Como consequência, exacerbou-se, com a emergência quase concomitante dos grandes países industrializados, a concorrência intercapitalista entre as principais potências econômicas, levando-as a uma busca frenética e violenta pelo controle sobre recursos naturais e mercados consumidores de bens e serviços ao redor do globo.

Neste sentido, Katznelson (2002, p.82) sustenta que o exército e a marinha nacionais são instrumentos elementares para que qualquer país soberano garanta seu desenvolvimento econômico interno. Zakaria (1998, p.3-5), por seu turno, considera que os Estados que tiveram condições de ampliar seus recursos materiais, logo disputaram espaço de poder a nível internacional, ou seja, o próprio incremento da reprodução do capital internamente amplia as capacidades nacionais, moldando as intenções externas de cada país.

O conflito político entre os diferentes Estados imperialistas, em distintas proporções e graus de agressividade física, se deu, dessa maneira, em virtude de uma disputa pelos espaços de acumulação do capital nos diferentes pontos do planeta. Historicamente, à medida que se constituíram as grandes potências industrializadas, as contendas se intensificaram. As rivalidades, em meio a acordos e disputas por fatias de território a nível global, já estavam bastante claras no período neocolonialista do final do século XIX e início do XX.⁴ Seus desdobramentos e suas consequências estariam entre os principais motivos para o desencadeamento das guerras que ocorreriam num futuro próximo. A lógica das políticas de corte imperialista originou-se, portanto, da própria dinâmica de expansão contínua do capital, sendo engendrada como forma de garantir a continuidade do processo de acumulação que tende necessariamente a ultrapassar o âmbito nacional para o domínio das relações externas.

O Hegemon

No início do século XX, com a polarização do conflito entre capitais de diferentes nacionalidades e suas conseqüentes conflagrações mundiais, entre 1914-1919 e entre 1939-1945, os Estados Unidos da América emergiram como principal liderança econômica, política e militar do

⁴ Neste ponto, é emblemática a Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885, para a mediação das disputas coloniais dentro do continente africano entre as grandes potências capitalistas.

mundo capitalista.⁵ O isolamento do território estadunidense em relação aos teatros de operações militares nos dois conflitos mundiais permitiu que aquela potência econômica então em ascensão adquirisse poder político e militar desproporcionais em relação aos seus pares, dadas as possibilidades que teve de preservar e ampliar seu parque industrial civil e militar ao mesmo tempo em que se tornou o maior credor mundial em suas relações comerciais e financeiras com o resto do mundo. Vale salientar, porém, que a condição de país hegemônico da qual desfrutariam após a Segunda Guerra não foi fruto de mera eventualidade ou oportunismo geopolítico. Os EUA, desde o fim da Guerra de Secessão (1865), a partir de um conjunto de modificações políticas internas que fortaleceram o Poder Executivo central a nível federal, promoviam seu próprio expansionismo dentro do hemisfério americano e no Pacífico até o momento em que ocorreram as intervenções na Europa durante as duas grandes guerras (ZAKARIA, 1998, p.180).

Depois do fim da Segunda Guerra, enquanto os países da Europa e da Ásia deparavam-se com as enormes dificuldades de reconstrução, os Estados Unidos concatenavam ações no sentido de manter no longo prazo a predominância política e econômica que acabavam de estabelecer. O apoio estadunidense a recuperação de aliados e antigos inimigos vinha, dessa maneira, vinculado à noção de que: “[...] o verdadeiro móvel do Plano Marshall seria o de garantir a presença americana no continente e afastar a possibilidade de reconstrução das economias europeias como capitalismo nacionais que fechassem aos capitais americanos seus respectivos mercados” (CRUZ, 2005, p.21). A imposição do dólar, por seu turno, como a principal unidade monetária internacional, na forma dos acordos de Bretton Woods, visava o estabelecimento de poder financeiro impar, já que 60% das reservas mundiais de ouro eram de posse estadunidense. Além disso, a reconstituição do sistema internacional de comércio sob bases “liberais”, ou seja, a abertura progressiva que seria encaminhada ao longo dos anos seguintes pelo GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), não tinha outro objetivo senão a expansão do mercado para a já constituída e recém incrementada produção industrial norte-americana.⁶ De acordo com Arrighi (1996, p.71):

O livre comércio ideologizado e praticado pelo governo dos EUA, em todo o período de seu predomínio hegemônico, tem sido, antes, uma estratégia de negociação intergovernamental – bilateral e multilateral – sobre a liberalização do

⁵ A mencionada polarização refere-se ao conjunto de interesses de determinados países conformados em alianças opostas que, por fim, resultaram nos conflitos mundiais, na Primeira Guerra, a Tríplice Entente e a Tríplice Aliança, enquanto na Segunda Guerra faziam pacto os países do Eixo, enquanto seus antagonistas se autodenominariam Aliados após a primeira expansão agressiva por parte do Eixo.

⁶ Os primeiros marcos sobre os quais se apoiariam o controle sobre a oferta mundial de crédito e sobre os fluxos de comércio seriam estabelecidos em Bretton Woods, onde foram instituídos o padrão dólar-ouro, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Internacional de Comércio, que viria a ser substituída pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Neste último, seriam decididos hierarquicamente a abertura comercial mais adequada para os países mais desenvolvidos.

comércio, visando basicamente abrir as portas das outras nações aos produtos e às empresas norte-americanas.

O combate à “ameaça” comunista reafirmaria pela via ideológica a posição de liderança dos EUA sobre o chamado “Mundo Livre” frente ao bloco dos países socialistas. A desmobilização militar e a incerteza política nos países destruídos que ficaram sob a guarda norte-americana faziam com que uma “conspiração comunista mundial atea” viesse a se tornar instrumento útil para que os políticos dos órgãos do Executivo daquele país conseguissem o apoio do eleitorado e, conseqüentemente, do Congresso dos EUA para obter os fundos necessários para que o governo pudesse dissuadir belicamente o bloco sino-soviético e pudesse exercer com desenvoltura a recém-assumida liderança militar e política sobre as nações capitalistas (HOBSBAWM, 1995, p.229). Sua liderança, portanto, no estabelecimento de uma nova ordem política e econômica, sobre a qual se apoiariam os grandes capitais remanescentes dos conflitos, seria dessa maneira inquestionável. De acordo com Mann (1993, p.13):

Together these war-induced change left the United States astride most of the rest of the world. Its domination rested on two main pillars, a new and much effective international economic order whose rules it set, and a geopolitical stability ensured by American military power and by what is called the cold war [...].

Estando o mundo capitalista reorganizado sob a guarida política, econômica e ideológica estadunidense,⁷ a expansão da acumulação para fora dos Estados de origem – tendo em conta o considerável desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação – acentuou-se ainda mais, operando produtiva, mercantil e financeiramente em escala global. A acumulação dentro da esfera puramente industrial tendeu a migrar cada vez mais para a periferia do sistema capitalista em forma de redes integradas de produção global – com exceção dos grandes centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico – enquanto, dentro da esfera financeira, os interesses a esta vinculados pressionaram por uma progressiva desregulação dos controles estatais naquilo que se referia ao trânsito de capitais entre diferentes países.⁸

O padrão de concorrência entre os grandes capitais nacionais estabeleceu-se, dessa maneira, na forma de agigantados oligopólios, operando tanto no centro quanto na periferia do sistema capitalista, na maioria dos casos de forma cartelizada. A perenidade destes grandes conglomerados de negócios alicerçou-se, principalmente, em sua enorme capacidade financeira e na

⁷ Decidimos não aprofundar neste trabalho a não menos importante questão da influência cultural e dos padrões de consumo estadunidenses sobre o resto do mundo.

⁸ Quanto à progressiva desregulação financeira, desde os acordos de Bretton Woods aos dias atuais, ver Helleiner (1994).

introdução e produção continuada de inovações tecnológicas. Neste sentido, as empresas estadunidenses mantiveram em muitos setores industriais vantagem competitiva, dados os avanços militares que promoveram com o incentivo político à corrida armamentista⁹ e dada a sua gigantesca e insuperável capacidade de financiamento apoiada no poder de senhoriação concebido pela emissão da moeda universal.

No centro do capitalismo, empresas estadunidenses junto com japonesas e europeias passaram, portanto, a dominar grande parte dos fatores de produção e os principais mercados mundiais com o apoio e a liderança do governo dos Estados Unidos. Não se tratou de uma estrutura condominial estável, mas, ao contrário, esta tornou-se bastante dinâmica, podendo as multinacionais de qualquer um desses países perder a qualquer momento a liderança e serem envolvidas nos contínuos processos de concentração e centralização promovidos pelas grandes fusões e aquisições globais.

Neste ponto, a resposta dada pelos europeus e japoneses à entrada agressiva de firmas estadunidenses em seus respectivos mercados depois da Segunda Guerra foi a constituição de empresas nos mesmos moldes multinacionais, porém sobre bases tecnológicas mais avançadas (MICHALET, 1984). Em pouco tempo, passaram a desafiar seus antagonistas estadunidenses nos seus próprios mercados, superando-os em determinados setores, mas não conseguindo, todavia, assumir posição preponderante. A estratégia alternativa foi a de abrir e ocupar mercados nos países periféricos onde teriam maior êxito, não deixando, contudo de, também aí, concorrerem com empresas dos EUA (COUTINHO, 1975, p.80-81; BELLUZZO E COUTINHO, 1979, p.17). A recuperação econômica mundial apoiada pelos EUA nos chamados “Anos Dourados” incrementou o comércio, os investimentos produtivos e em infraestrutura, isso exigiu, por sua vez, patamares de liquidez internacional cada vez mais elevados do que aqueles demandados no imediato pós-guerra. Os EUA, detentores da moeda chave, não tinham como sustentar tal volume de moeda, dado que suas emissões estavam atreladas, conforme os acordos de Bretton Woods, a uma quantidade pré-determinada de ouro que deveria ser garantida por reservas que vinham se tornando insuficientes. Estavam, dessa maneira, sendo desafiadas a capacidade produtiva e financeira do país hegemônico.

As inflexões para a manutenção do poder por parte dos Estados Unidos ante tais impasses ocorreram a partir dos anos 1970. Em 1971, o governo estadunidense declarou o fim da vinculação de determinada quantidade de ouro ao dólar e passou a administrar a desvalorização da moeda estadunidense em conjunto com as maiores economias mundiais, entre elas, Japão,

⁹ Muitas das inovações foram convertidas em produtos civis, como foi o caso, por exemplo, de muitos produtos eletrônicos e da rede internacional de computadores, Internet.

Alemanha, França e Inglaterra (CRUZ, 2005, p.22-26). Os sucessivos choques de alta nos juros a partir de 1979 auxiliaram em seguida ao país a reestabelecer indefinidamente o curso “fiduciário” internacional do dólar (MACARINI, 2007). A recessão mundial provocada pelo choque de juros associada ao anterior choque nos preços do petróleo tornou as aplicações financeiras em títulos da dívida pública norte-americana muito mais atraentes do que realizar investimentos de longo prazo em um cenário econômico ainda incerto. Houve, portanto, recuperação definitiva da confiança do mercado financeiro sobre o dólar. Nos anos 80 e 90, a reestruturação industrial com foco nos setores militar e de alta tecnologia, com apoio velado do Estado, e a abertura forçada de mercados periféricos por meio da renegociação das dívidas externas¹⁰ e dos acordos no âmbito do GATT (CRUZ, 2005, p.49-52), recompuseram a capacidade produtiva e econômica dos EUA. O cumprimento das decisões sobre o comércio e o respeito aos direitos de propriedade intelectual ficariam por conta das pressões diretas por parte do poder executivo estadunidense junto aos estados “transgressores” (CRUZ, 2005, p.49-52). A derrocada do comunismo na União Soviética (URSS)¹¹ juntamente com tais medidas de reestruturação econômico-financeira reconfirmariam a hegemonia estadunidense, promovendo ainda a absorção de novas regiões para dentro do sistema capitalista.

O Aparecimento da China ao Hegemon

O movimento de manutenção da valorização contínua na esfera do capital industrial por parte dos países desenvolvidos, contudo, acabou por dar início a uma mudança na configuração do esquema de poder político e econômico global estabelecido sobre as atuais bases hegemônicas. A inversão de uma grande massa de capitais e tecnologia estrangeiros na República Popular da China (RPC) – a princípio, em função do baixo custo dos fatores, mão de obra fundamentalmente, dos ganhos de escala baseados em plantas produtivas de grande porte e com base numa política de aproximação geopolítica que visava enfraquecer a antiga URSS – fez com que determinados interesses econômicos dentro dos países do centro vislumbrassem oportunidades vantajosas para reprodução do capital ao aliar-se a um bem planejado e generoso projeto de desenvolvimento industrial apoiado e conduzido pelo Estado chinês.

O governo da RPC planejou a estruturação de empresas de capital misto de grande porte com base em investimentos internos e externos. Constituiu programas de financiamento de baixo

¹⁰ Renegociação foi realizada em favor do cartel de bancos credores através do Plano Baker. De acordo com Cruz (2009, p.49), o governo americano: “(...) insistia na retórica da ‘não intervenção’, rejeitando liminarmente as tentativas dos devedores de acertar uma ‘negociação política da dívida’”.

¹¹ Conforme Derlughian (2013, p.112-114), os custos para a manutenção do poderio militar soviético e a falta de renovação produtiva tornaram insustentáveis a manutenção daquele regime socialista.

custo para o tomador, regulou sobremaneira as relações de trabalho e estabeleceu rígidos controles macroeconômicos, mantendo os mercados financeiro e cambial totalmente sob sua tutela. Por meio ainda de seus programas quinquenais de investimentos, alcançou uma média de crescimento anual do PIB de 9,7% ao ano, considerando-se o período de 1978 a 2007, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2013).

A organização da economia chinesa direcionada para um *drive* industrial exportador apresentou-se, por um lado, como alternativa viável às crescentes necessidades materiais internas do país mais populoso do mundo. Do capital estrangeiro foi exigido que se associasse às empresas chinesas locais, privadas ou estatais, transferindo tecnologia e recursos. Exigência esta possível somente num quadro geopolítico, imediatamente anterior, em que interessavam aos EUA uma RPC menos dependente da URSS, por um lado, e mais associada aos EUA, por outro. Em termos de política doméstica, o governo comunista da China depois de décadas de revolução socialista vinha enfrentando oposição política interna por parte de vários segmentos sociais, chegando no seu auge nos grandes protestos da Praça da Paz Celestial de Pequim em 1989. A nova relação com o Ocidente permitiu ao governo chinês elevação da produção interna de modo a amenizar a situação econômica, enquanto no campo militar diminuiu-se a pressão externa decorrente de seu *status* de nação anti-capitalista. A República Popular da China não detinha recursos que permitissem uma corrida armamentista, acompanhando esforços semelhantes ao da URSS e talvez não sobrevivesse econômica e politicamente a um achaque militar mais desenvolvido tecnologicamente num prazo muito estendido. A adesão da China comunista às formas de produção capitalista dentro de seu território permitiu, dessa maneira, a sustentação do poder interno do Estado – já que, de certa maneira, atendeu demandas locais – e reforçou seu protagonismo externo, dado o desenvolvimento surpreendente de suas empresas e da acumulação de capitais decorrente da entrada de diversas indústrias multinacionais para dentro de sua jurisdição.

A RPC, nos anos 2000, passou ao posto de segunda maior economia do mundo, detendo, além de uma das maiores reservas de dólares do planeta, a maior parte dos títulos da dívida pública dos Estados Unidos. Quanto a tradicional aliança entre Estado e interesses vinculados a reprodução do capital, recorrente dentro do sistema capitalista, não há como saber ainda se os capitais privados internos desenvolvidos pela burocracia de estado chinês teriam adquirido mais autonomia em relação ao aparato autoritário centralizado. A opacidade do regime ainda não nos permite vislumbrar com que desenvoltura as novas elites burguesas internas determinariam ou não as políticas econômicas do país.

O que podemos perceber é que a China, aproveitando-se de sua situação geopolítica estratégica, que permitiu o influxo de capitais e tecnologia estrangeiros, escapou de uma zona periférica, onde tenderia a ser absorvida pelo condomínio imperial instituído pelos Estados Unidos e seus aliados, para galgar posição mais elevada na divisão internacional dos recursos produtivos e mercados consumidores. O espaço para o protagonismo econômico e político por parte da RPC está, portanto, mais aberto do que para outros países que, após a Segunda Guerra, tentaram, mas não conseguiram prosseguir com a intensificação de seu processo de industrialização, nem conformar de forças capitalistas internas suficientemente capazes de expandir-se de forma mais autônoma. Além disso, o governo da China conseguiu manter, mesmo após o fim do comunismo soviético, a liberdade para desenvolver tecnologia militar e espacial própria, sem que isso acarretasse maiores sanções por parte dos países mais desenvolvidos.

Vislumbramos, dessa maneira, que a China tornou-se um protagonista novo e de grande relevo nos espaços de disputa global. Sua posição não é mais de submissão. Antes que qualquer país ou grupo pense em realizar sanções comerciais concretas ou intervenções militares efetivas seria necessário ter em conta que o território chinês abriga a segunda maior produção industrial do globo, envolvendo a maioria das maiores empresas multinacionais existentes no mundo. Estas subsidiárias têm ali bases exportadoras para todo o planeta, enviando produtos que há um bom tempo deixaram de constar na pauta das manufaturas dos países mais desenvolvidos. Qualquer crise política mais séria, portanto, não ocorreria sem reflexos profundos para a economia mundial, principalmente para os Estados Unidos, Europa e Japão. Ademais, também deve ser ponderadas suas recentemente desenvolvidas capacidades militares e aeroespacial e a aliança militar com a Rússia.¹² O que se pode concluir, portanto, é que qualquer ação bélica teria no mínimo custos bastante altos em termos de recursos materiais, humanos e políticos.

A mais recente expansão dos capitais chineses, por sua vez, sob formas tão imperialistas quanto as ocidentais, pode ser vislumbrada no alargamento comercial e industrial (via multinacionais próprias) para países da periferia.¹³ A crise financeira norte-americana de 2007 que atingiu principalmente os países do centro, principais consumidores dos produtos fabricados na China, fez com que o governo chinês tomasse medidas no sentido de manter o crescimento econômico nos patamares elevados dos últimos anos. A assinatura de acordos preferenciais bilaterais junto a países emergentes e uma crescente oferta de produtos chineses a preços altamente

¹² “Exercícios militares da Rússia e da China entram na fase ativa”, Sputnik, Maio, 2015. Consultado em 25 de junho de 2006 em <http://br.sputniknews.com/mundo/20150517/1037880.html>.

¹³ Consideramos que os vínculos de comércio da China com países do centro e sua expansão naquele espaço se engendra no quadro geopolítico histórico, nos interesses dos próprios capitais que investiram na China e no tipo de inserção produtiva conforme explicamos acima.

competitivos – tendo em conta o gasto de quase 900 bilhões de dólares que o governo chinês realizou sobre sua economia para estimulá-la e conter a crise – foram ações que ocorreram com o objetivo de garantir o processo de acumulação chinês com base no comércio exterior (CARNEIRO, 2010). Esta expansão, que trouxe filiais chinesas para outras regiões, como por exemplo a América Latina, inseriu novos atores dentro de setores econômicos outrora bastante concentrados, incrementando ainda mais a disputa mundial por mercados.

A busca pelos recursos produtivos necessários para a manutenção da produção na China, por outro lado, não é menos incisiva. Na África e na América Latina, há esforços de penetração por meio de vultosos investimentos e ajuda financeira, implantando nos países receptores projetos em áreas como a de infraestrutura e energia. Esta influência tem como contrapartida a busca por contratos de fornecimento de matérias primas fundamentais para a RPC e a abertura de mercado local. Na África foram investidos, por exemplo, nos últimos 10 anos, 75 bilhões de dólares em projetos de infraestrutura, saúde, energia e transportes em países como Zimbábue, Gana, Zâmbia, Sudão, Etiópia, Quênia, Angola e Moçambique.¹⁴ Houve juntamente com tais iniciativas acordos comerciais para vendas de produtos na região, assim como para o fornecimento de commodities agrícolas e produtos minerais aos chineses. No Brasil, já há participação chinesa significativa na exploração de petróleo da camada do pré-sal,¹⁵ assim como acordos para investimento no valor de US\$ 53 bilhões nas áreas de infraestrutura, transporte, agricultura e energia.¹⁶ A Argentina, por seu turno, assinou compromissos no valor de US\$ 7 bilhões.¹⁷

No plano multilateral, a RPC vem estabelecendo relações políticas mais próximas junto a países líderes regionais não alinhados diretamente aos interesses dos tradicionais países centrais, Estados Unidos, membros da União Européia e Japão. No grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), assim como os outros integrantes, a China busca estabelecer um fórum alternativo para ações conjuntas no plano das relações internacionais. Ou seja, as políticas

¹⁴ “Mapa do investimento chinês na África revela destino de US\$ 75 bi”. BBC Brasil, Abril de 2013. Consultado em 25 de junho de 2015 em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130430_china_africa_ru.

¹⁵ “Estatais chinesas avançam sobre o pré-sal brasileiro e já são sócias de 12 blocos no setor de petróleo” O Globo, Out. de 2013. Consultado em 25 de junho de 2015 em <http://oglobo.globo.com/economia/estatais-chinas-avancam-sobre-pre-sal-brasileiro-ja-sao-socias-de-12-blocos-no-setor-de-petroleo-10558803>. “Super consórcio vence o leilão do pré-sal. Folha de São Paulo, Out. de 2013. Consultado em 25 de junho de 2015 em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/10/1359867- apenas-uma-proposta-e-apresentada-para-o-leilao-de-libra-no-pre-sal.shtml>.

¹⁶ “Brasil assina 35 acordos com a China em visita do premiê Li Keqiang”. O Globo, Mai. de 2015. Consultado em 25 de junho de 2015 em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/05/brasil-assina-35-acordos-com-china-em-visita-do-premie-li-keqiang.html>.

¹⁷ “China amplia a influencia sobre a Argentina” Folha de São Paulo, Set. de 2014. Consultado em 25 de junho de 2015 em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1515715-china-amplia-influencia-sobre-argentina.shtml>.

determinadas neste grupo não passariam pelo aval de norte-americanos ou de países dentro de seu arco de alianças, havendo, portanto, um desvio dentro da ordem hierárquica que o *hegemon* sempre buscou estabelecer. Exemplo disso é a criação conjunta de um banco para projetos de desenvolvimento econômico e de fundo de empréstimos compensatórios dos BRICS para países em desenvolvimento (Novo Banco de Desenvolvimento e Arranjo Compensatório de Reservas, respectivamente). Trata-se de instituições similares e paralelas ao Banco Mundial e FMI, porém desvinculadas do monitoramento ostensivo dos Estados Unidos.¹⁸ O novo banco estabelece quotas de integralização iguais para cada país do BRIC, enquanto o fundo compensatório terá 41% de seu capital social proveniente de fontes chinesas.¹⁹ A ação por parte da China dentro de um conjunto representativo de países de dimensões consideráveis, em diferentes continentes é, portanto, de apoiar, num primeiro momento maior distanciamento por parte destes dos usuais instrumentos de cooptação e, muitas vezes, de coerção financeira “multilaterais”.

O que se constata, portanto, é a gestação de uma superpotência política e econômica que deve, no mínimo, requisitar seu quinhão na partilha do poder mundial para que se estabeleça uma nova acomodação de forças dentro do sistema capitalista. Pode, além disso, em longo prazo, questionar a necessidade de um sistema internacional baseado na hegemonia estadunidense. O que ainda não é possível verificar é como se dará este processo, considerando-se a ação ainda de outros atores importantes para a determinação da política internacional como, por exemplo, os países da União Europeia, o Japão e outros membros dos BRICS.

Conclusões

Tendo em conta que tentamos realizar aqui apenas alguns apontamentos e não estabelecer cenários mais completos para um fenômeno que entendemos vinculado, no momento presente, ao modo de produção capitalista - da mesma maneira como já esteve a outras formas de reprodução da vida material com reflexos sobre a vida social - chegamos à conclusão de que o imperialismo, a partir de meados do século XX, se desdobrou sob a liderança incontestável dos Estados Unidos da América.²⁰

¹⁸ Banco Mundial e FMI são instituições multilaterais que ao longo de sua história se mostraram vinculadas a determinações da política externa norte-americana (LICHTENSZTEJN E BAER, 1987).

¹⁹ O NBD integralizará US\$ 50 bilhões, podendo chegar a US\$ 100 bilhões, enquanto o ACR totalizará US\$ 100 bilhões. Ver: http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/.

²⁰ Este trabalho não tem por objetivo analisar a questão da dominação da União Soviética sobre os países que estavam sob seu controle. Tendemos apenas a considerar sua atuação também como imperialismo, sem estar, obviamente, vinculada a acumulação de capital.

Por outro lado, percebemos que um certo ajuste geopolítico realizado pelo próprio *hegemon* com apoio do capital privado multinacional para enfraquecer seu antagonista mais importante fez com que surgisse uma nova força despojada das amarras que usualmente estavam atadas aos países emergentes que almejavam posição mais elevada na divisão internacional do trabalho. Ou seja, surge no século XXI um Estado de grandes dimensões usufruindo de autonomia militar e econômica jamais desfrutada por qualquer outro país emergente.

Há, portanto, em andamento um processo de reacomodação de forças econômicas e políticas dentro do sistema internacional. Entendemos que não há, todavia, mudança na lógica que rege o fenômeno do imperialismo, pois tudo que se modificou não se traduziu de modo algum em alteração no modo de produção capitalista e na sua conseqüente expansão por meio de ações imperialistas.

O que tentamos defender nestes breves apontamentos foi, portanto, a ideia de que as políticas imperialistas desencadeadas pelos Estados nacionais e os subsequentes conflitos gerados por tais ações não são mais do que desdobramentos da expansão da acumulação capitalista para além de seu ponto de origem, sendo o Estado o instrumento primordial de execução daquelas em função de interesses vinculados à reprodução de valores. A concatenação entre diferentes países para a consecução de tais objetivos frente a outras coalisões de mesma natureza e a emergência, a partir daí, dos atores hegemônicos mostram, por seu turno, apenas as acomodações de um processo dinâmico que tende inexoravelmente a concentração e a centralização do capital, estendendo-se para todos os territórios ou reexplorando os espaços econômicos ainda não totalmente exauridos pelo próprio sistema capitalista.

Bibliografia

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Considerações sobre a formação do capitalismo. 1977. 59 p. Tese (Mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Contraponto: Editora da UNESP, 1996, c1994.

BELLUZZO, L. G. & COUTINHO, L. (1979), "O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da Economia mundial no pós-guerra". Estudos CEBRAP, nº 23, SP.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO PÓS-CRISE FINANCEIRA: OPORTUNIDADES E RISCOS. Observatório da Economia Global. Textos Avulsos, no. 4, Ago. 2010.

COUTINHO, Luciano Galvão; DAVIS, Tom E. The internationalization of oligopoly capital. Cornell: Cornell Univ., 1975.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. 1945-1984: Ordem (e Desordem) Econômica Internacional e Nova Estratégia Comercial dos Estados Unidos. Cadernos CEDEC, no. 82, 2009.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. Comércio Internacional em um Mundo Partido: o regime do GATT e os países em desenvolvimento. Cadernos CEDEC, no. 77, 2005.

HELLEINER, Eric. States and the reemergence of global finance : from Bretton Woods to the 1990s. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1994.

HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSON, J. A. (John Atkinson). Imperialism: a study. Ann Arbor: Univ. of Michigan, 1987, c1965.

International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2013.

KATZNELSON, Ira. Flexible Capacity: the military and early America state building. In: KATZNELSON, Ira and SHEFTER, Martin (eds.). Shaped War and Trade. Princeton University Press, 2002.

MACARINI, Jose Pedro. Crise e política econômica nos Estados Unidos: 1977-1984. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 2007.1991.

- LICHTENSZTEJN, Samuel; BAER, Mônica (co-aut.). Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LUXEMBURG, Rosa. A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2. ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1985.
- MANN, Michael. The sources of social power. Cambridge: Cambridge University Press, c1986-1993.
- MICHALET, Charles Albert. O capitalismo mundial. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984.
- PISTONE, Sérgio. Imperialismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Coaut. de). Dicionário de política. 5. ed. Brasília, DF; São Paulo, SP: UnB: Imprensa Oficial, 2000.
- PRASHAD, Vijay, The Darker Nations: a people's history of the Third World. New York. New Press, 2009.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The Politics of the World-Economy. Cambridge, Cambridge Press, 1984.
- ZACKARIA, Fareed. From Wealth to Power: the unusual origins of America's world role. Princeton University Press, 1998.